

Ruta hacia la
Cooperación Empresarial
y Comercio Electrónico



Rota de
Cooperação Empresarial
e Comércio Eletrónico

PORTUGAL

Guia de procedimientos nº 5

IDEIAS / REQUISITOS

Tipologia de negócio:

Indústria

www.rutacece.com

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve - Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684.182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %



Unión Europea
FEDER
Invertimos en su futuro



Introdução

O Município de Faro, prosseguindo uma política de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, criou o **Serviço de Desenvolvimento Económico e Financiamento (SDEF)**, o qual constitui um agente facilitador no processo de acesso ao exercício das variadas atividades económicas. Para o efeito presta informação sobre procedimentos, sobre normas legais a observar, sobre restrições legais e servidões administrativas, sobre programas de financiamento, sobre incentivos, bem como presta apoio institucional junto de outras entidades públicas e associativas.

faroinveste@cm-faro.pt / www.cm-faro.pt / +351 289870041

Deixa-se, porém, claro que o SDEF não substitui outros organismos internos e/ou externos que se devam pronunciar sobre o exercício de atividades económicas.

Indústria

Notas prévias:

1. Toda a atividade industrial, desde que não seja considerada acessória de uma atividade principal, utilize matéria-prima não transformada ou manipulação de subprodutos de origem animal e envolva o fabrico de alimentos para animais, está sujeita ao regime de licenciamento do Sistema de Indústria Responsável (SIR) aprovado pelo DL 169/2012, de 01-08, na redação dada pelo DL 73/2015, de 11/05, disponível em <https://dre.pt/application/file/67188488>, o qual prossegue os seguintes objetivos:
 - a) Prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, com vista a salvaguardar a saúde pública e a dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a segurança e saúde nos locais de trabalho, a qualidade do ambiente e um correto ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas;
 - b) Promover a simplificação e desburocratização dos atos e procedimentos da Administração Pública necessários à aplicação dos regimes jurídicos referidos no número anterior, tendo em vista contribuir para dinamização e competitividade da indústria nacional, num quadro de políticas de desenvolvimento económico sustentável.
2. O acesso e a tramitação dos procedimentos previstos no SIR são realizados por via eletrónica, diretamente ou de forma assistida, através do «Balcão do empreendedor», em <https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx>;
3. O «Balcão do empreendedor», no âmbito do SIR, disponibiliza aos utilizadores as seguintes funcionalidades e informações:

www.rutacece.com

2

- a) Possibilidade de submissão e tramitação eletrónica dos procedimentos previstos no SIR relativos à emissão ou submissão de todos os títulos, licenças, autorizações, aprovações, comunicações prévias com prazo, meras comunicações prévias, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação, exploração ou alteração do estabelecimento industrial ou da ZER;
- b) Possibilidade de submissão de comunicação de suspensão, reinício e cessação da atividade, bem como de alteração da titularidade ou da denominação social de titular de estabelecimento industrial ou de ZER sujeito aos procedimentos previstos no SIR;
- c) Apoio ao requerente e respetivos técnicos no preenchimento dos formulários e na instrução dos procedimentos, permitindo, designadamente, a pesquisa por atividade económica, principal e secundária, dos elementos relevantes para o rastreio dos condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, bem como o rastreio específico através da introdução de dados sobre o tipo de instalação, localização, área de implantação, capacidade produtiva e substâncias perigosas presentes;
- d) Preenchimento automático, total ou parcial, dos formulários eletrónicos disponíveis no «Balcão do empreendedor» no âmbito dos procedimentos previstos no SIR, com a informação relevante que já se encontre na posse de outros organismos da Administração Pública, que deverão disponibilizá-la através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), para este efeito;
- e) Possibilidade de cumprimento direto e imediato de todas as exigências e formalidades necessárias para aceder e exercer uma atividade industrial, incluindo a submissão eletrónica de documentos, o pagamento por meios eletrónicos e a receção de comunicações e notificações por via eletrónica relativos a todos os títulos, licenças, autorizações, aprovações, comunicações prévias com prazo, meras comunicações prévias, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração do estabelecimento industrial ou da ZER;
- f) Acompanhamento e consulta dos respetivos procedimentos, por parte do requerente, da entidade coordenadora, das entidades intervenientes e das entidades com competências de fiscalização;
- g) Capacidade para suportar a obrigatoriedade de participação de todas as entidades que intervenham em atos ou procedimentos necessários à instalação ou exploração do estabelecimento industrial ou da ZER, designadamente, das entidades coordenadoras dos procedimentos de instalação e exploração de estabelecimentos industriais e de ZER, bem como das entidades públicas intervenientes;
- h) Sistema que permita a contagem automática de prazos e de passagem a fases seguintes dos procedimentos, uma vez decorrido o prazo ou a emissão do ato em causa, nomeadamente para efeitos de emissão automática de títulos digitais;
- i) Emissão automática de títulos digitais que titulem a instalação e exploração da atividade industrial, uma vez decorridos os prazos ou emitidas as licenças, autorizações,

www.rutacece.com

aprovações, comunicações prévias com prazo, meras comunicações prévias, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração de estabelecimento industrial ou de ZER;

- j) Emissão automática de comprovativos de entrega e avisos automáticos a todas as entidades envolvidas sempre que sejam adicionados novos elementos ao processo;
- k) Capacidade para inserção no «Balcão do empreendedor», com recurso à iAP e através da interação com as plataformas eletrónicas relevantes, designadamente o Sistema de Informação de Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (SIRJUE) e o Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiamb), por parte das entidades emittentes, de todas as licenças, autorizações, aprovações, comunicações prévias com prazo, meras comunicações prévias, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração de estabelecimento industrial ou de ZER;
- l) Capacidade para assegurar a dispensa de entrega de documentação que se encontre em posse de qualquer serviço e organismo da Administração Pública que intervenha nos procedimentos previstos no SIR, quando o interessado preste o seu consentimento à sua obtenção, cabendo nesse caso à entidade coordenadora ou à entidade consultada proceder à respetiva obtenção e integração no procedimento, nos termos do artigo 28.º-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis nºs 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 16 de agosto, e 73/2014, de 13 de maio;
- m) Funcionalidade que permita ao interessado, de forma facultativa, gratuita e automática, uma vez inseridos os dados relevantes, identificar o procedimento aplicável à instalação e exploração de estabelecimento industrial ou ZER ao abrigo do previsto no SIR;
- n) Consulta dos requisitos aplicáveis às instalações e aos equipamentos dos estabelecimentos industriais resultantes da legislação e demais atos normativos;
- o) Consulta do montante previsível das taxas devidas e um simulador que permita identificar o custo global estimado a suportar para iniciar a atividade industrial pretendida;
- p) Meios de pagamento eletrónico das taxas devidas;
- q) Informação sobre os meios de reação judiciais ou extrajudiciais relativos a decisões das autoridades administrativas competentes;
- r) Documentos de apoio sobre os aspetos jurídicos e técnicos relevantes em cada setor industrial;
- s) Acesso direto a uma ferramenta de georreferenciação das áreas para a instalação e exploração de estabelecimentos industriais ou de ZER.

I. Conceitos

Considera-se:

- a) «**Atividade industrial**», a atividade económica prevista na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, nos termos definidos no anexo I ao SIR;
- b) «**Alteração de estabelecimento industrial**», a modificação ou a ampliação do estabelecimento ou das respetivas instalações industriais face ao título de exploração da qual possa resultar aumento dos riscos e inconvenientes para os bens referidos na alínea a) do n.º 2 do artigo anterior;
- c) «**Área edificada**» — a área total de construção das instalações industriais que integram o estabelecimento;
- d) «**Anexos mineiros e de pedreiras**», as instalações e oficinas para serviços integrantes ou auxiliares de exploração de recursos geológicos afetos àquela atividade, sítos nas áreas concessionadas ou licenciadas, nomeadamente as oficinas para a manutenção dos meios mecânicos utilizados, as instalações para acondicionamento das substâncias extraídas, para os serviços de apoio imprescindíveis aos trabalhadores, bem como os estabelecimentos associados à indústria extrativa;
- e) «**Balcão do empreendedor**», o balcão único eletrónico nacional para a realização de todas as formalidades associadas ao exercício de uma atividade económica, acessível diretamente através do Portal da Empresa ou, por via mediada, através dos balcões presenciais das entidades públicas competentes, gerido pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.);
- f) «**Condições técnicas padronizadas**», conjunto de regras e especificações previamente definidas para determinada atividade ou operação a desenvolver no estabelecimento industrial que constituem o objeto de licença, autorização, aprovação, comunicação prévia com prazo, registo, parecer ou outro ato permissivo necessário à instalação e exploração do estabelecimento industrial;
- g) «**Ecoeficiência**», a estratégia de atuação conducente ao fornecimento de bens e serviços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e que, em simultâneo e progressivamente, reduzam os impactes ambientais negativos e a intensidade de recursos ao longo do ciclo de vida dos produtos;
- h) «**Eco - inovação**», qualquer forma de inovação que permite ou visa progressos significativos demonstráveis na consecução do objetivo de desenvolvimento sustentável, através da redução dos impactos no ambiente, do aumento da resiliência às pressões ambientais ou de uma utilização mais eficiente e responsável dos recursos naturais;

- i) «**Emissão**», a libertação direta ou indireta de substâncias, de vibrações, de calor ou de ruído para o ar, a água ou o solo, a partir de fontes pontuais ou difusas com origem numa dada instalação industrial;
- j) «**Entidade acreditada**», a entidade reconhecida formalmente pelo organismo nacional de acreditação, nos termos previstos no SIR, para realizar atividades que lhe são atribuídas no âmbito do mesmo;
- k) «**Entidade coordenadora**», a entidade à qual compete a direção plena dos procedimentos de instalação e exploração de estabelecimentos industriais e de ZER;
- l) «**Entidade gestora de ZER**», a entidade responsável pelo integral cumprimento do título digital de exploração da ZER, bem como pelo controlo e supervisão das atividades nela exercidas e ainda pelo funcionamento e manutenção das infraestruturas, serviços e instalações comuns, cujos requisitos de constituição, organização e funcionamento e quadro legal de obrigações e competências são os definidos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, da administração local, da economia, do ambiente e do ordenamento do território;
- m) «**Estabelecimento industrial**», a totalidade da área coberta e não coberta sob responsabilidade do industrial, que inclui as respetivas instalações industriais, onde é exercida atividade industrial;
- n) «**Gestor do procedimento**», o técnico designado pela entidade coordenadora para acompanhamento dos procedimentos previstos no SIR, constituindo-se como interlocutor privilegiado do industrial;
- o) «**Industrial**», a pessoa singular ou coletiva que pretende exercer ou exerce atividade em estabelecimento industrial ou em quem tenha sido delegado o exercício de um poder económico determinante sobre o respetivo funcionamento;
- p) «**Instalação industrial**», a unidade técnica dentro de um estabelecimento industrial na qual é exercida uma ou mais atividades industriais incluindo as atividades de armazenagem ou pré-processamento de resíduos para introdução no processo ou quaisquer outras atividades diretamente associadas que tenham uma relação técnica com as atividades exercidas;
- q) «**Melhores técnicas disponíveis**», a fase de desenvolvimento mais eficaz e avançada das atividades e dos seus modos de exploração, que demonstre a aptidão prática de técnicas específicas para constituírem a base dos valores limite de emissão e de outras condições do licenciamento com vista a evitar e, quando tal não seja possível, a reduzir as emissões e o impacto no ambiente no seu todo:
- i) «**Melhores técnicas**», as técnicas mais eficazes para alcançar um nível geral elevado de proteção do ambiente no seu todo;
- ii) «**Técnicas**», tanto a tecnologia utilizada como o modo como a instalação é projetada, construída, conservada, explorada e desativada;

- iii) «**Disponíveis**», as técnicas desenvolvidas a uma escala que possibilite a sua aplicação no contexto do setor industrial em causa em condições económica e tecnicamente viáveis, tendo em conta os custos e os benefícios, quer sejam ou não utilizadas ou produzidas a nível nacional e desde que acessíveis ao operador em condições razoáveis;
- r) «**Número de trabalhadores**», o número total de trabalhadores do estabelecimento industrial que, independentemente da natureza do vínculo, se encontram afetos à atividade industrial, excluindo os afetos aos setores administrativo e comercial;
- s) «**Potência elétrica**», a potência contratada, expressa em quilovolt-ampere (kVA), junto de um distribuidor de energia elétrica, considerando-se, para efeitos da sua determinação, os coeficientes de equivalência descritos no anexo II ao SIR, do qual faz parte integrante;
- t) «**Potência térmica**», a soma das potências térmicas individuais dos diferentes sistemas instalados, expressa em kilojoules por hora (kJ/h), considerando-se, para efeitos da sua determinação, os coeficientes de equivalência descritos no anexo II ao SIR;
- u) «**Pronúncia das entidades públicas consultadas**», fase procedimental no âmbito da qual as entidades públicas consultadas ao abrigo do SIR se pronunciam sob a forma de licença, autorização, aprovação, comunicação prévia com prazo, mera comunicação prévia, registo, parecer ou outro ato permissivo ou não permissivo de que dependa a instalação ou a exploração do estabelecimento industrial ou da ZER;
- v) «**Responsabilidade social**», a responsabilidade de uma organização pelos impactes das suas decisões, atividades e produtos na sociedade e no ambiente, através de um comportamento ético e transparente que seja consistente com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade, tenha em conta as expectativas das partes interessadas, esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com normas de conduta internacionais e esteja integrado em toda a organização;
- w) «**Responsável técnico do projeto**», a pessoa ou entidade designada pelo industrial ou pela entidade gestora da ZER, no caso de instalação de ZER, para efeitos de demonstração de que o projeto se encontra em conformidade com a legislação aplicável e para o relacionamento com a entidade coordenadora e as demais entidades intervenientes nos procedimentos de instalação e exploração de estabelecimento industrial ou de ZER;
- x) «**Sistema de gestão ambiental**», a componente do sistema global de gestão, que inclui a estrutura organizacional, as atividades de planeamento, as responsabilidades, as práticas, os processos, os procedimentos e os recursos destinados a definir, aplicar, consolidar, rever e manter a política ambiental;
- y) «**Sistema de gestão de segurança alimentar**», o sistema que possibilita a gestão dos riscos para a segurança alimentar, baseado nos princípios do método de análise de perigos e controlo dos pontos críticos, relacionados com as atividades da organização e compreendendo a estrutura operacional, as atividades de planeamento, as responsabilidades, as práticas, os

procedimentos, os processos e os recursos para desenvolver e implementar as condições de segurança alimentar;

z) «**Segurança e saúde do trabalho**», o conjunto das intervenções que objetivam o controlo dos riscos profissionais e a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores da organização ou outros, incluindo trabalhadores temporários, prestadores de serviços e trabalhadores por conta própria, visitantes ou qualquer outro indivíduo no local de trabalho;

aa) «**Segurança contra incêndio em edifícios**», o conjunto de princípios gerais da preservação da vida humana, do ambiente e do património cultural visando reduzir a ocorrência de incêndios, limitar o seu desenvolvimento, circunscrevendo e minimizando os seus efeitos, nomeadamente a propagação do fumo e gases quentes da combustão, facilitar a evacuação e o salvamento dos ocupantes e permitir a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro;

bb) «**Sistema de Gestão da Responsabilidade Social**», o conjunto de elementos inter-relacionados e inter- atuantes para estabelecer e concretizar a política e objetivos da responsabilidade social;

cc) «**Título digital**», o título emitido pelo «Balcão do empreendedor» relativo à instalação e exploração de um estabelecimento industrial ou de ZER que constitui declaração de conhecimento e comprova, perante qualquer entidade pública ou privada, o cumprimento das normas legais e regulamentares constantes dos regimes jurídicos do âmbito do SIR;

dd) «**Zona empresarial responsável ou ZER**», a zona territorialmente delimitada, afeta à instalação de atividades industriais, comerciais e de serviços, administrada por uma entidade gestora;

ee) «**Zona empresarial responsável multipolar ou ZER multipolar**», o conjunto de polos empresariais localizados em espaços territoriais não conexos, mas funcionalmente ligados entre si e administrada pela mesma entidade gestora.

II. Classificação dos estabelecimentos industriais

Os estabelecimentos industriais classificam-se, em função do grau de risco potencial inerente à sua exploração, para a pessoa humana e para o ambiente, em três tipos.

1. São incluídos no **tipo 1** os estabelecimentos cujos projetos de instalações industriais se encontrem abrangidos por, pelo menos, um dos seguintes regimes jurídicos ou circunstâncias:
 - a) Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (RIAIA);
 - b) Regime jurídico da prevenção e controlo integrado de poluição (RJPCIP), a que se refere o capítulo II do Regime das Emissões Industriais (REI);
 - c) Regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (RPAG);
 - d) Realização de operação de gestão de resíduos que careça de vistoria prévia ao início da exploração, à luz do regime de prevenção, produção e gestão de resíduos;

www.rutacece.com

- e) Exploração de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada, de atividade que envolva a manipulação de subprodutos de origem animal ou de atividade de fabrico de alimentos para animais que careça de atribuição de número de controlo veterinário ou de número de identificação individual, nos termos da legislação aplicável.
2. São incluídos no **tipo 2** os estabelecimentos industriais não incluídos no tipo 1, desde que abrangidos por pelo menos um dos seguintes regimes jurídicos ou circunstâncias:
- a) Regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeitos de estufa (CELE);
 - b) Necessidade de obtenção de alvará para realização de operação de gestão de resíduos que dispense vistoria prévia, nos termos do regime geral de gestão de resíduos, com exceção dos estabelecimentos identificados pela parte 2-A do anexo I ao SIR, ainda que localizados em edifício cujo alvará admita comércio ou serviços, na condição de realizarem operações de valorização de resíduos não perigosos.
3. São incluídos no **tipo 3** os estabelecimentos industriais não abrangidos pelos tipos 1 e 2;
4. Sempre que num estabelecimento industrial se verifiquem circunstâncias a que correspondam tipos diferentes, o estabelecimento é incluído no tipo mais exigente;
5. A alteração superveniente de alguma das circunstâncias previstas no n.º 2, deste capítulo, que determine a inclusão do estabelecimento industrial como tipo 2 só determina um novo processo de licenciamento quando as mesmas perdurarem por um período superior a seis meses.

III. Procedimento para acesso ao exercício da atividade industrial

A instalação e a exploração de estabelecimento industrial ficam sujeitas aos seguintes procedimentos:

1. O procedimento **com vistoria prévia**, para os estabelecimentos industriais incluídos no **tipo 1** envolve:
- a) A obtenção das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres ou outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração de estabelecimento industrial de tipo 1, os quais são emitidos no prazo de 10 dias contados da realização da vistoria a que se refere a alínea c);
 - b) A emissão de um título digital de instalação, que titule o direito do requerente a executar o projeto de instalação de estabelecimento industrial de tipo 1;
 - c) A realização de uma vistoria, nos seguintes termos:
 - i. A vistoria prévia ao início da exploração de estabelecimento industrial tem lugar dentro dos 30 dias subsequentes à data de apresentação do pedido de emissão do título digital de exploração;

www.rutacece.com

- ii. A data para a realização da vistoria é comunicada, com a antecedência mínima de 10 dias, pela entidade coordenadora ao requerente e a todas as entidades consultadas, as quais devem designar os seus representantes e indicar os técnicos e ou perito que as representarão, podendo a entidade coordenadora, convocar outros técnicos e peritos;
- iii. A vistoria é agendada pela entidade coordenadora, após articulação com as entidades intervenientes, e pode ter lugar em:
 - ✓ Dias fixos, e neste caso implica a presença conjunta e simultânea no estabelecimento industrial dos representantes, técnicos e peritos referidos no número anterior;
 - ✓ Qualquer dia de determinado período, que não deve exceder uma semana, e, neste caso, os representantes, técnicos e peritos referidos no número anterior podem executar as respetivas missões em dias diferentes dentro do período determinado, sem necessidade da presença simultânea de todos no estabelecimento industrial.
- iv. Decorrido o prazo previsto no ponto i. para a realização da vistoria sem que esta seja realizada, por motivo não imputável ao requerente, as entidades beneficiárias da taxa paga procedem à devolução ao requerente do valor correspondente;
- v. Se, após a apresentação do pedido de título digital de exploração for também determinada a realização de vistoria no âmbito do RJUE, o requerente pode solicitar à entidade coordenadora que seja agendada uma única vistoria, para a qual é convocada a câmara municipal competente;
- vi. A realização de uma vistoria única nos termos do ponto anterior não prejudica o disposto no n.º 6 do artigo 65.º do RJUE;
- vii. Os resultados da vistoria são registados em auto de vistoria, em formato eletrónico e ou em papel, do qual devem constar os seguintes elementos:
 - ✓ Validação dos elementos instrutórios a que se refere o n.º 1 do artigo anterior;
 - ✓ Conformidade ou desconformidade do estabelecimento industrial com os condicionamentos legais e regulamentares, com o projeto aprovado e com as condições integradas no título digital de instalação;
 - ✓ Identificação das desconformidades que necessitam de correção;
 - ✓ Posição sobre a procedência ou improcedência de reclamações apresentadas na vistoria;
 - ✓ Proposta de decisão final sobre o pedido de título digital de exploração.
- viii. Quando a proposta de indeferimento se fundar em desconformidade das instalações industriais com condicionamentos legais e regulamentares ou com as condições fixadas, ainda que por remissão, no título digital de instalação, o auto de vistoria deve indicar as razões pelas quais aquela desconformidade assume relevo suficiente para a não emissão do título digital de exploração;

- ix. Se as desconformidades identificadas forem passíveis de correção em prazo razoável deve o auto de vistoria propor a emissão de título digital de exploração condicionado à execução das correções necessárias dentro de um prazo razoável ou ao cumprimento das condições constantes do mesmo;
 - x. O auto de vistoria é elaborado e assinado pelos intervenientes na vistoria, podendo conter em anexo as respetivas declarações individuais, devidamente assinadas, sendo submetido pela entidade coordenadora no «Balcão do empreendedor» no último dia de realização da vistoria ou nos cinco dias subsequentes à conclusão da mesma e disponibilizado ao requerente e às entidades intervenientes;
 - xi. Não sendo realizada a vistoria no prazo referido no ponto i. por motivo não imputável ao requerente, este, sem prejuízo dos meios gratuitos e contenciosos ao seu dispor, pode recorrer a entidades acreditadas para proceder à sua realização, devendo observar, as seguintes condições:
 - ✓ Ser conduzida por uma ou mais entidades;
 - ✓ Observar o disposto nos pontos vii, viii e ix.
 - xii. As entidades acreditadas que tenham procedido à vistoria disponibilizam o respetivo resultado no «Balcão do empreendedor», dentro dos cinco dias subsequentes à sua realização.
- d) A emissão de um título digital de exploração, que titula o direito a explorar o estabelecimento industrial de tipo 1 nas condições definidas no respetivo título digital de exploração, a qual é precedida dos seguintes trâmites:
- i. O procedimento para a emissão de título digital de instalação é iniciado com a apresentação, no «Balcão do empreendedor», de um pedido de emissão de título digital de instalação, acompanhado dos respetivos elementos instrutórios;
 - ii. Submetido o pedido nos termos do número anterior, o «Balcão do empreendedor» emite automática e imediatamente a guia para pagamento da taxa devida pelo pedido de emissão de título digital de instalação;
 - iii. Verificado o pagamento da taxa devida, o «Balcão do empreendedor» emite, automática e imediatamente o comprovativo do pagamento da taxa devida, identificando, sempre que possível, as entidades públicas cuja consulta seja obrigatória ao abrigo do SIR;
 - iv. Decorrido o prazo de 15 dias ou 25 dias (quando o pedido esteja abrangido pelos RJAIA, RPAG ou REI), conforme aplicável, sem que ocorra convite ao aperfeiçoamento ou indeferimento liminar do pedido, o «Balcão do empreendedor» emite imediata e automaticamente comprovativo eletrónico onde conste a data de apresentação do pedido de emissão de título de instalação e a menção expressa à sua regular instrução, não podendo ser solicitados quaisquer elementos adicionais;

- v. Sendo proferido despacho de convite ao aperfeiçoamento, o requerente dispõe de um prazo de 45 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar;
 - vi. Decorrido o prazo previsto no número anterior sem que seja proferido o despacho de indeferimento liminar, o «Balcão do empreendedor» emite imediata e automaticamente o comprovativo eletrónico previsto no ponto iv.
 - f) O requerente pode iniciar a exploração do estabelecimento industrial logo que seja emitido o título digital de exploração e uma vez contratado o seguro de responsabilidade civil a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do SIR, republicado pelo DL 73/2015, de 11/05, disponível em <https://dre.pt/application/file/67188488>;
 - g) O requerente deve comunicar à entidade coordenadora a data de início da exploração com uma antecedência não inferior a cinco dias.
2. O procedimento **sem vistoria prévia** para a instalação e exploração de um estabelecimento de **tipo 2** envolve:
- a) A obtenção das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres ou outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração de estabelecimento industrial de tipo 2; e
 - b) A emissão de um título digital de instalação e exploração, que titule o direito do requerente de instalar e explorar um estabelecimento industrial de tipo 2;
 - c) O procedimento para a emissão de título digital de instalação e exploração é iniciado com a apresentação, no «Balcão do empreendedor», de um pedido de emissão de título digital de instalação e exploração, acompanhado dos respetivos elementos instrutórios;
 - d) Submetido o pedido nos termos da alínea anterior, o «Balcão do empreendedor» emite automática e imediatamente a guia para pagamento da taxa devida pelo pedido de emissão de título digital de instalação e exploração;
 - e) Verificado o pagamento da taxa devida, o «Balcão do empreendedor» emite, automática e imediatamente:
 - i. Recibo comprovativo do pagamento da taxa devida, identificando, sempre que possível, as entidades públicas cuja consulta seja obrigatória;
 - ii. Notificação da entidade coordenadora e das entidades públicas a consultar, informando que o procedimento iniciado se encontra disponível para verificação.
 - f) Considera -se que a data do pedido de emissão do título digital de instalação e exploração é a data indicada no recibo a que se refere no ponto i. da alínea anterior;
 - g) No prazo de 15 dias contados da data do pedido a entidade coordenadora profere:

- i. Despacho de convite ao aperfeiçoamento, no qual especifica em concreto os elementos em falta, bem como, se for caso disso, os esclarecimentos necessários à boa instrução do procedimento, caso se verifiquem desconformidades sanáveis entre o pedido e respetivos elementos instrutórios e os condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis; ou
 - ii. Despacho de indeferimento liminar, com a consequente extinção do procedimento, se a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares for insuscetível de suprimento ou correção.
- h) Para os efeitos previstos nos pontos i. e ii. na alínea anterior, as entidades públicas notificadas ao abrigo do ponto ii. da alínea e), se verificarem a existência de omissões ou irregularidades no pedido, solicitam à entidade coordenadora, até ao décimo dia do prazo a que se refere a alínea anterior, por uma só vez, que o requerente seja convidado a suprir aquelas omissões ou irregularidades ou pronunciam -se em sentido favorável ao indeferimento liminar do pedido quando considerem que as mesmas não são sanáveis;
- i) Decorrido o prazo previsto na alínea g) sem que ocorra convite ao aperfeiçoamento ou indeferimento liminar do pedido, o «Balcão do empreendedor» emite imediata e automaticamente comprovativo eletrónico onde conste a data de apresentação do pedido de emissão de título digital de instalação e exploração e a menção à sua regular instrução, não podendo ser solicitados quaisquer elementos adicionais;
- j) Tendo sido proferido despacho de convite ao aperfeiçoamento, o requerente dispõe de um prazo de 15 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar;
- k) Submetidos os elementos a que se refere a alínea anterior, o «Balcão do empreendedor» notifica automática e imediatamente a entidade coordenadora e as entidades públicas consultadas, para que, no prazo de 5 dias a contar da junção ao processo dos elementos adicionais, a entidade coordenadora, após articulação com as entidades públicas consultadas, profira despacho de indeferimento liminar, se verificar que subsiste a não conformidade com os condicionamentos legais e regulamentares;
- l) Decorrido o prazo previsto na alínea anterior sem que seja proferido o despacho de indeferimento liminar o «Balcão do empreendedor» emite imediata e automaticamente comprovativo eletrónico previsto a alínea i);
- m) A exploração de estabelecimento industrial de tipo 2 só pode ter início após a emissão do título digital de instalação e exploração nos termos previstos nos números seguintes:
- n) O título digital de instalação e exploração contém cópia integral das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres, atos permissivos ou não permissivos necessários à instalação e exploração do estabelecimento industrial ou a menção do decurso do prazo para esse efeito, e ainda, se aplicável, as condições a observar pelo

requerente na instalação e exploração, sendo emitido imediata e automaticamente após a verificação de uma das seguintes circunstâncias:

- ✓ Inserção no «Balcão do empreendedor» da última das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres, atos permissivos ou não permissivos necessários à instalação e exploração do estabelecimento industrial; ou
 - ✓ Termo do prazo para a emissão das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres ou atos permissivos ou não permissivos necessários à instalação e exploração do estabelecimento industrial, quando as entidades públicas respetivas não se tenham pronunciado.
- o) Quando não haja lugar a pronúncia da entidade pública competente e não ocorrendo nenhuma das circunstâncias previstas na alínea q), o título digital de instalação e exploração é emitido imediata e automaticamente na data em que seja emitido o comprovativo de regular instrução, a que se referem as alíneas i) e l);
- p) Sempre que haja lugar a consultas, o título digital de instalação e exploração é emitido imediata e automaticamente após a verificação de uma das seguintes circunstâncias:
- ✓ Inserção no «Balcão do empreendedor» da última das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres favoráveis (ou se desfavoráveis, não vinculativos), outros atos permissivos ou não permissivos emitidos pelas entidades consultadas;
 - ✓ No termo do prazo para a pronúncia das entidades públicas consultadas, sempre que alguma daquelas entidades não se pronuncie.
- q) O título digital de instalação e exploração não é emitido quando ocorra uma das seguintes circunstâncias:
- ✓ Desconformidade das características e especificações do estabelecimento industrial descritas no pedido que contrariem ou não cumpram os condicionamentos legais e regulamentares em vigor, desde que a pronúncia da entidade consultada atribua a tais desconformidades relevo suficiente para a não emissão do título digital de instalação e exploração do estabelecimento industrial;
 - ✓ Indeferimento dos pedidos de título de emissão de gases com efeito de estufa, inscrito no TUA;
 - ✓ Indeferimento de título ou de decisão sobre o pedido de informação prévia de utilização de recursos hídricos em instalações industriais, inscrito no TUA;
 - ✓ Indeferimento do pedido de alvará de operação de gestão de resíduos, inscrito no TUA;
 - ✓ Falta de apresentação da aprovação do projeto de arquitetura ou da informação prévia favorável.

- r) O título digital de instalação e exploração é emitido de forma eletrónica e automática pelo «Balcão do empreendedor», sendo enviada notificação ao requerente, à entidade coordenadora, à câmara municipal territorialmente competente e às entidades públicas interessadas em razão da matéria;
 - s) O requerente pode iniciar a exploração do estabelecimento industrial logo que seja emitido o título digital de instalação e exploração e uma vez contratado o seguro de responsabilidade civil a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do SIR, republicado pelo DL 73/2015, de 11/05, disponível em <https://dre.pt/application/file/67188488>;
 - t) O requerente deve comunicar à entidade coordenadora a data de início da exploração com uma antecedência não inferior a 5 dias, sendo tal comunicação notificada automaticamente através do «Balcão do empreendedor» a todas as entidades consultadas, bem como às entidades públicas interessadas em razão da matéria.
3. O procedimento de **mera comunicação prévia** aplica-se à exploração de estabelecimentos industriais de **tipo 3**, sem prejuízo de o interessado poder optar pela sujeição ao procedimento aplicável aos estabelecimentos de tipo 2, com vista à obtenção, de forma integrada, dos títulos necessários à exploração do estabelecimento industrial. Para o efeito, deve o interessado manifestar, no «Balcão do empreendedor», a opção referida e identificar no formulário correspondente as entidades a consultar para efeitos de obtenção dos títulos aplicáveis, cumprindo -se a tramitação prevista no número 2. O procedimento de mera comunicação prévia, envolve:
- a) A inserção, no «Balcão do empreendedor», dos dados necessários à caracterização do estabelecimento industrial e respetiva atividade, bem como do título de utilização de recursos hídricos inscrito no TUA, quando legalmente exigível, acompanhado de aceitação de termo de responsabilidade do cumprimento das exigências legais aplicáveis à atividade industrial;
 - b) Submetidos os dados nos termos da alínea anterior, o «Balcão do empreendedor» emite automática e imediatamente o título digital de exploração e a guia para pagamento da taxa devida;
 - c) Considera -se que a data da mera comunicação prévia é a data indicada no título digital a que se refere a alínea anterior;
 - d) A exploração de estabelecimento industrial de tipo 3 só pode ter início após a emissão do título digital referido no artigo anterior e do pagamento da taxa correspondente, quando a mesma seja devida, por força da determinação das Câmaras Municipais sempre que estas sejam a entidade coordenadora e assim o tenham determinado em regulamento municipal;
 - e) A exploração dos estabelecimentos de tipo 3 está sujeita a todas as exigências legais em vigor e aplicáveis ao imóvel onde está situado, bem como aos condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis à atividade industrial, designadamente em matéria

de ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança alimentar e segurança contra incêndio em edifícios.

IV. Título

1. Os títulos digitais são emitidos pelo «Balcão do Empreendedor» quando tenham sido submetidas, emitidas ou aprovadas, expressa ou tacitamente, todas as licenças, autorizações, aprovações, comunicações prévias com prazo, meras comunicações prévias, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou a exploração do estabelecimento industrial ao abrigo do SIR;
2. Os títulos digitais são emitidos de forma automática e eletrónica e notificados pelo «Balcão do empreendedor» ao interessado, à entidade coordenadora, às entidades consultadas, à câmara municipal territorialmente competente, bem como à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), quando se trate de estabelecimento industrial do setor alimentar, do setor dos subprodutos animais e dos alimentos para animais, nos termos do Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, do Regulamento (CE) n.º 1069/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, e do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, respetivamente;
3. Os títulos digitais são atualizados nos termos previstos no SIR, sendo acessíveis no «Balcão do empreendedor» mediante a disponibilização de um código de acesso;
4. A disponibilização do código de acesso ao título digital demonstra perante qualquer entidade pública e privada a titularidade do direito de instalar e explorar o estabelecimento industrial ou a ZER a que respeitam e constitui meio de prova para esse efeito, não podendo nenhuma entidade pública ou privada exigir comprovativo adicional quanto ao cumprimento de quaisquer controlos ou formalidades no âmbito de procedimentos previstos no SIR;
5. No caso dos estabelecimentos industriais incluídos no tipo 1:
 - a) O título digital de instalação contém cópia integral das pronúncias das entidades consultadas, incluindo das condições a observar pelo requerente na execução do projeto e na exploração do estabelecimento industrial, ou a menção do decurso do prazo para esse efeito;
 - b) O título digital de instalação é emitido no prazo máximo de 10 dias contados da verificação de uma das seguintes circunstâncias:
 - ✓ Inserção no «Balcão do empreendedor» da última das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres, atos permissivos ou não permissivos necessários à instalação do estabelecimento industrial; ou
 - ✓ Termo do prazo para a emissão das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres ou atos permissivos ou não permissivos necessários à

www.rutacece.com

16

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve - I Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %

instalação do estabelecimento industrial, quando as entidades públicas respetivas não se tenham pronunciado;

c) O título digital de instalação não é emitido quando ocorra uma das seguintes circunstâncias:

- ✓ DIA desfavorável ou não conformidade do projeto de execução com a DIA, conforme inscrito no Título Único Ambiental (TUA);
- ✓ Indeferimento do pedido de licença ambiental inscrito no TUA;
- ✓ Indeferimento do pedido de aprovação do relatório de segurança ou parecer negativo da APA, I. P., relativo à compatibilidade da localização, conforme inscrito no TUA;
- ✓ Indeferimento do pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa, inscrito no TUA;
- ✓ Indeferimento de título ou de decisão sobre o pedido de informação prévia de utilização de recurso hídricos em instalações industriais, inscrito no TUA;
- ✓ Indeferimento do pedido de alvará de operação de gestão de resíduos, inscrito no TUA;
- ✓ Decisão desfavorável quanto à atribuição do número de controlo veterinário ou número de identificação individual, consoante se trate de operador no sector dos géneros alimentícios ou subprodutos de origem animal ou do sector dos alimentos para animais, respetivamente, quando tal atribuição seja exigível nos termos da legislação aplicável;
- ✓ Falta de apresentação da aprovação do projeto de arquitetura ou da informação prévia favorável, a que se refere o n.º 1 do capítulo V. (*Requisitos gerais para a atividade industrial e articulação com regimes conexos*).

d) A exploração de estabelecimento industrial só pode ter início após a emissão do título digital de exploração;

V. *Requisitos gerais para a atividade industrial e articulação com regimes conexos*

Os operadores económicos que exerçam a atividade industrial estão sujeitos às seguintes obrigações gerais:

1. Licenciamento Único Ambiental, aprovado pelo DL 75/2015, de 11/05, no âmbito dos seguintes regimes:
 - a) Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (RJIA), tratando-se de procedimento de avaliação de impacte ambiental (AIA) relativo a projeto de execução que vise a emissão de declaração de impacte ambiental (DIA) em fase de projeto de execução ou a emissão de decisão de conformidade ambiental do projeto de execução com DIA emitida em fase de anteprojeto ou estudo prévio;

www.rutacece.com

17

- b) Regime das emissões industriais (REI), aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como às regras destinadas a evitar ou reduzir as emissões para o ar, água ou solo e a produção de resíduos;
 - c) Regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (RPAG);
 - d) Regime geral da gestão de resíduos;
 - e) Regime jurídico de utilização de recursos hídricos;
 - f) Regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeitos de estufa (CELE);
 - g) Regime jurídico respeitante à saúde e segurança no trabalho;
 - h) Regime jurídico relativo à exploração de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada, de atividade que envolva a manipulação de subprodutos de origem animal, ou de atividade de fabrico de alimentos para animais;
 - i) Procedimentos relativos aos projetos de eletricidade e de produção de energia térmica;
 - j) Regime de instalação, funcionamento, reparação e alteração de equipamentos sob pressão;
2. Controlos prévios de urbanização e edificação nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo DL 555/99, de 16/12 e republicado pelo DL 136/2014, de 09/09, disponível em <https://dre.pt/application/file/56501780>. Tratando-se de **estabelecimento industrial do tipo 1** ou **do tipo 2** cuja instalação ou alteração envolva a realização de operação urbanística de urbanização ou de edificação sujeita a controlo prévio nos termos do RJUE, o título digital de instalação ou de instalação e exploração, conforme aplicável, não pode ser emitido sem que sejam apresentados os seguintes elementos:
- ✓ Aprovação do projeto de arquitetura; ou
 - ✓ Informação prévia favorável, requerida nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do RJUE;
- a) Os elementos referidos no número anterior devem ser apresentados aquando do pedido do título digital de instalação ou de instalação e exploração, sem prejuízo de o requerente poder apresentar declaração de que opta por diferir a respetiva entrega até ao final do prazo de emissão do referido título;
 - b) Caso o requerente não apresente os elementos a que se refere o n.º 1 até ao final do prazo para emissão do título digital de instalação ou de instalação e exploração, é o mesmo notificado para apresentar os elementos em falta até um prazo máximo de seis

meses, sob pena de o procedimento vir a ser declarado deserto, nos termos do disposto no artigo 132.º do Código do Procedimento Administrativo;

- c) Tratando-se de **estabelecimento industrial de tipo 3** cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, deve ser obtida autorização de utilização ou certidão comprovativa do respetivo deferimento tácito antes de ser apresentada a mera comunicação prévia ao abrigo do SIR;
- d) Sempre que se aplique o RPAG, a consulta de entidades da administração central que se devam pronunciar em razão da localização é efetuada no âmbito deste regime;
- e) Sempre que a instalação ou alteração do estabelecimento industrial se insira numa área licenciada ou concessionada para a exploração de recursos geológicos e o mesmo esteja relacionado com tal exploração, não há lugar à aprovação da localização, sem prejuízo do cumprimento das normas de planeamento territorial e do regime das servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- f) O início da exploração do estabelecimento industrial de tipo 1, 2 ou 3 que envolva a realização de uma da prévia emissão pela câmara municipal territorialmente competente de título de autorização de utilização ou de certidão comprovativa do respetivo deferimento tácito;
- g) Não pode ser emitido o alvará de licença ou apresentada a comunicação prévia, de operação urbanística que preveja o uso industrial, sem que seja emitido o título digital de instalação ou de instalação e exploração, consoante for aplicável;
- h) Quando verifique a inexistência de impacte relevante no equilíbrio urbano e ambiental, pode a câmara municipal territorialmente competente declarar compatível com uso industrial o alvará de autorização de utilização de edifício ou sua fração autónoma destinado:
 - ✓ Ao uso de comércio, serviços ou armazenagem, no caso de se tratar de estabelecimento industrial a que se refere a parte 2-B do anexo I ao SIR;
 - ✓ Ao uso de habitação, no caso de se tratar de estabelecimento abrangido pela parte 2-A do anexo I ao SIR;
- i) O procedimento para a obtenção da declaração de compatibilidade referida no número anterior rege-se, com as necessárias adaptações, pelo regime procedimental aplicável à autorização de utilização de edifícios e suas frações, constante do RJUE, sendo tal declaração, quando favorável, inscrita, por simples averbamento, no título de autorização de utilização já existente;

3. Do regime jurídico da **publicidade** que, no caso do Município de Faro está disponível em

http://cms-cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Espacos_Publicos/Regulamento_OEPPP_2012.pdf,

www.rutacece.com

e sujeito a procedimento no [balcão do empreendedor](#), devendo para o efeito seleccionar a área de jurisdição da câmara de Faro;

4. Do regime jurídico da **segurança contra incêndios em edifícios** (DL 220/2008, de 12/11 e da Portaria 1532/2008, de 29/12), disponíveis em <https://dre.pt/application/file/439913> e em <https://dre.pt/application/file/444327>;
5. Do regulamento geral do **ruído** (DL 9/2007, de 17/01, alterado pelo DL 278/2007, de 01/08), disponível em <https://dre.pt/application/file/522742> e em <https://dre.pt/application/file/636296>;
6. Do **sistema de certificação energética dos edifícios** (DL 118/2013, de 20/08), disponível em <https://dre.pt/application/file/499375> e portarias conexas;
7. Da **acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público** (DL 163/2006, de 08/08), disponível em: <https://dre.pt/application/file/538559>, quando aplicável;
8. Só podem ser colocados no mercado produtos e serviços seguros, nos termos do DL 69/2005, de 17/03, na redação atribuída pelos Decretos Regulamentares 57/2007, de 27/04, e 38/2012, de 10/04, relativos à segurança dos produtos colocados no mercado.

VI. Apoios financeiros

a) Apoio à criação de emprego - o IEFP

O IEFP tem uma série de programas de apoio à criação de emprego e programas de estágio, que podem ser interessantes para o caso de uma atividade turística

<http://www.iefp.pt/apoios/empresas/Paginas/Empresas.aspx>

b) Financiamento a empresas - o IAPMEI

Financiamentos para a criação e revitalização de empresas (genericamente reembolsáveis) podem ser obtidos junto do IAPMEI, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-01.php?temaid=31>

c) Apoio à inovação, competitividade e internacionalização – CRESC Algarve 2020

O Programa Operacional do Algarve no quadro comunitário de apoio 2014-2020, disponibiliza financiamento para a qualificação, inovação, competitividade e internacionalização das empresas, cujos avisos de abertura de candidaturas estão disponíveis em <http://algarve2020.eu/info/avisos>

d) Microcrédito

A Câmara Municipal de Faro estabeleceu protocolo de colaboração com 2 agências de Microcrédito, no sentido de promover o empreendedorismo local, as quais oferecem as seguintes condições (sem prejuízo da necessidade de obter informação junto da respetiva agência):

- i. Novo Banco – montante: $\geq 250,00\text{€}$ e $\leq 12.500,00\text{€}$; prazo: ≥ 3 meses e ≤ 48 meses; período carência: ≤ 6 meses; reembolso: prestações mensais;

- ii. Millennium BCP – montante: $\geq 1.000,00\text{€}$ e $\leq 25.000,00\text{€}$; prazo: ≤ 48 e 60 meses (para montantes $\leq 7.000,00\text{€}$ e $> 7.000,00\text{€}$, respetivamente); reembolso: prestações mensais.

VII. Outras informações úteis

- Para criar ou alterar a sua empresa aceda a

<https://bde.portaldocidadao.pt/evo/Templates/GeralEO.aspx?NRNODEGUID=%7B0AB79FDE-92FE-4BEF-84CE-962D954F4D59%7D>

- Para dar início de atividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira veja as orientações em

<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/ronlyres/BFE821C5-4A5A-4BDB-B6DF-99064DAD889B/0/MANUALDEINICIOvers%C3%A3oPortaldasFinan%C3%A7as2011.pdf> e registe-se em <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>

- Para elaborar o seu plano de negócios poderá recorrer às orientações do IAPMEI em <http://www.iapmei.pt/resources/download/GuiaPraticodoCapitaldeRisco2604.pdf>

- Para aceder ao modelo EXCEL de plano de negócios do IAPMEI, siga o link:

http://www.google.pt/url?url=http://www.iapmei.pt/resources/download/Finicia_pn_v12_062012.xls&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=mvRmVZytHcLkgwS074HYBQ&ved=0CBMQFjAA&usg=AFQjCNFPNCw66wU9lcQgKs6NlKwqQLcpcw